

# A Apropriação das Rendas Agrícolas por parte dos Grupos Ocupacionais Familiares Rurais no Estado do Rio Grande do Sul nos anos 2000\*

## The Appropriation of Agricultural income by Occupational Groups of Rural Families in the State of Rio Grande do Sul in the years 2000

Hector Augustus Santiago Eder\*\*

Marcelino de Souza\*\*\*

Carlos Alves do Nascimento\*\*\*\*

**Resumo:** Estudos apontam para a ocorrência de um *boom* agrícola no Brasil com reflexos também no estado do Rio Grande do Sul. O objetivo deste artigo é analisar o perfil da apropriação da renda agrícola total nos tipos de famílias rurais, em que pelo menos um membro da família estava ocupado em atividades agrícolas no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2002 e 2009. Para tal, utilizam-se os microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) com a decomposição dos efeitos da apropriação da renda agrícola. A apropriação da renda agrícola ocorreu na agricultura familiar, porém com uma diferenciação social importante. Conclui-se que as políticas públicas, especialmente de crédito, promoveram a continuidade do processo de especialização das atividades agrícolas e de integração intersetorial.

**Palavras-chave:** Renda agrícola. PNAD. Agricultura familiar.

**Abstract:** Studies indicate the occurrence of an agricultural boom in Brazil with effects also in the state of Rio Grande do Sul. The aim of this paper is to analyze the profile the appropriation of total agricultural income, in the types of rural households where at least one family member was engaged in agricultural activities in the state of Rio Grande do Sul in 2002 and 2009. To do so, we use microdata from the National Research by Household Sample (PNADs) with the decomposition of the effects of appropriation of agricultural income. The appropriation of farm income occurred in family farming, but with an important

\* Os resultados deste artigo são originários de projeto de pesquisa aprovado e financiado no Edital Universal nº 14/2011 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

\*\* Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnico da Ascar-Emater/RS. Professor da Faculdade Murialdo (FAMUR) em Caxias do Sul - RS. E-mail: hector\_eder@hotmail.com

\*\*\* Doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado do Departamento de Economia e Relações Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação em Agronegócios e em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

\*\*\*\* Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor adjunto do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: can@ie.ufu.br

social differentiation. We conclude that public policies, especially credit promoted the continued specialization of agricultural activities and intersectoral integration process.

**Keywords:** Agricultural income. PNAD. Family farming.

**JEL Classification:** J4; J43.

## 1 Introdução

A agricultura brasileira, na última década, experimentou um desempenho diferenciado do ponto de vista da produtividade e da produção, comparativamente às décadas anteriores. Brandão, Rezende e Marques (2006) ressaltam a inflexão no padrão de crescimento da agricultura brasileira a partir da mudança no regime cambial brasileiro em 1999, dando início a uma trajetória acelerada de expansão, particularmente das culturas de grãos.

De acordo com Gasques, Bastos e Bacchi (2008), no período de 2000 a 2007 o produto agrícola brasileiro exibiu uma taxa média anual de crescimento da ordem de 5,42%, seguido por uma taxa média anual de crescimento da produtividade total dos fatores de 4,75%. O intenso crescimento dos volumes de produção no agronegócio brasileiro é confirmado pelo Produto Interno Bruto (PIB) agrícola, que aumentou consideravelmente a partir dos anos 2000.

Os resultados dos estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) refletem o *boom* agrícola nos últimos anos. De acordo com o estudo de Valdés *et al.* (2010), verificou-se que a maior parte da apropriação de renda oriunda do crescimento do PIB agropecuário é absorvida respectivamente pelos trabalhadores empregados no setor agrícola, empregadores e por último pelos trabalhadores conta-própria (agricultura familiar). Esse resultado relatado por Valdés *et al.* (2010) é especialmente importante no que diz respeito ao segmento da chamada “agricultura familiar”, uma vez que esse grupo social tem sido prioritário na implementação de políticas públicas no Brasil.

De acordo com Guilhoto *et al.* (2007), aplicando as definições de agricultura familiar da pesquisa FAO/Incrá, o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2005, por 9,0% do PIB brasileiro, o que equivale a R\$ 174 bilhões em valores daquele ano. O conjunto do agronegócio nacional foi responsável, nesse ano, por 27,9% do PIB, demonstrando a importância da agricultura familiar na geração de riqueza do país: emprego da força de trabalho e produção de alimentos.

A participação da agricultura familiar na produção agropecuária, segundo os critérios da pesquisa FAO/Incrá, se manteve praticamente inalterada, passando de 37,91% em 1996 para 36,11% em 2006. Em termos de emprego (incluindo os

membros da família e seus empregados), a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13,04 milhões de pessoas, ou seja, 78,75% do total da mão de obra empregada no campo (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012).

A metodologia FAO/Incrá e a Lei nº 11.326, de 2006, utilizada no Censo Agropecuário de 2006, definem critérios diferenciados de agricultura familiar, mas permanecendo um núcleo comum, apesar de não poderem ser estritamente comparadas. As duas metodologias mostram a importância da agricultura familiar em termos de valor da produção, número de estabelecimentos e pessoas ocupadas (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009). Além disso, Abramovay e Veiga (1999) destacam que a região Sul do Brasil possui estados e municípios onde a agricultura familiar é mais tradicional, apresenta-se com maior força econômica, e onde ela conseguiu se ligar a mercados dinâmicos.

Não obstante a presença marcante da agricultura familiar no meio rural brasileiro, especialmente nas regiões Nordeste e Sul, observa-se uma polarização crescente, que se reflete, segundo Silva (1996, p. 173), de um lado, com “a perda gradativa do papel produtivo do segmento mais pobre de pequenos agricultores” e, de outro, com “uma tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais”. Adicionalmente, ocorre uma diversificação dos processos econômicos e sociais locais e regionais, conduzindo a uma heterogeneidade muito grande, tanto do uso da terra como da ocupação dos territórios rurais. Decorre daí uma desarticulação dos laços tradicionais que tinham a agricultura como a única fonte de sustentação da produção e de geração de renda, o que possibilita a emergência de um diversificado processo produtivo, que vai desde a produção agropecuária tradicional até um conjunto de atividades econômicas relacionadas aos serviços, lazer, turismo, proteção ambiental e industrialização da própria produção agropecuária. Silva (2002, p. 28) ressalta que “o conjunto de atividades não agrícolas - tais como a prestação de serviços sociais [...], o comércio e a indústria respondem cada vez mais pela dinâmica populacional do meio rural brasileiro”.

Em relação às transformações do rural e do agrícola no estado do Rio Grande do Sul, Waquil e Souza (2014) afirmam que nas décadas passadas os maiores condicionantes às modernizações do setor agrícola eram a acessibilidade ao crédito, pesquisa, extensão rural, políticas de garantia de preços mínimos e formação de estoques reguladores. No entanto, nos últimos anos, as transformações foram mais influenciadas pelas políticas comerciais, regulação de mercados, o apoio diferenciado à agricultura familiar, infraestrutura no meio rural, logística de escoamento de produção, comunicação e informação, adequação de normas para garantir a qualidade e sanidade dos produtos e segmentação de mercados, além do apoio a atividades não agrícolas.

Esses condicionantes, descritos anteriormente, influenciaram uma série de mudanças no perfil do setor agrícola em nível estadual. É importante salientar que muitas das transformações ocorridas na agricultura gaúcha acompanharam tendências em nível nacional e mundial. Nas últimas décadas, acentuaram-se as relações entre os meios rural e urbano, assim como se percebeu um intenso crescimento da integração entre a agricultura e os demais setores da economia, possibilitando a consolidação das cadeias agroindustriais. O dinamismo das empresas, promovendo fusões e aquisições entre grandes grupos, caracteriza um modelo de concentração de capital no segmento agroindustrial, processo que já havia anteriormente sido destacado por Delgado (2012).

Essas mudanças provocam uma alteração significativa na estrutura e na composição das rendas e das ocupações das famílias rurais, uma vez que, com a especialização produtiva, muitas das atividades que antes eram exercidas por várias pessoas agora estão sendo desenvolvidas por um número bem menor, liberando mão-de-obra familiar e possibilitando o ingresso de renda não agrícola. Nessa lógica, parte das famílias rurais, especialmente aquelas vinculadas ao universo do que se convencionou denominar de agricultura familiar, se envolvem em atividades agrícolas e não agrícolas como uma estratégia de diversificação de suas rendas.

Nesse caso, os temas das ocupações e, especialmente, das rendas, revelam-se importantes por três razões, que se inter-relacionam: a primeira razão diz respeito à insuficiência de rendimento levando a uma situação de pobreza; a segunda razão refere-se à equiparação das rendas das famílias que se ocupam em atividades similares, mas com domicílios distintos; a terceira razão diz respeito à instabilidade, aspecto intrínseco às rendas advindas da produção agrícola (HILL, 1999, p. 345). Nesse sentido, a necessidade de compreensão de como a renda é apropriada nos estudos da ruralidade contemporânea faz-se evidente para a formulação adequada de políticas de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, este artigo objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa sobre o perfil da apropriação da renda agrícola total por distintos tipos de famílias que têm pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, no estado do Rio Grande do Sul, numa análise comparada dos anos 2002 e 2009. Ou seja, diante da constatação do notável crescimento do produto agrícola na última década, que por sua vez tem como contrapartida o crescimento da renda agrícola, o problema da presente pesquisa foi averiguar quais foram os tipos familiares (empregadores, conta-próprias, assalariados) com membros ocupados na agricultura que mais se destacaram na apropriação da renda total agrícola, nessa última década de notável desempenho dos ganhos de produtividade e de avanço da modernização agrícola do país. A análise do perfil da apropriação da massa total de renda agrícola pelos diferentes tipos familiares considerou a variação das distintas parti-

cipações relativas de cada tipo familiar no total da renda agrícola, assim como a decomposição dos efeitos responsáveis por aquela variação.

A hipótese central que norteou a pesquisa foi a de que uma fração crescente do universo da agricultura familiar está cada vez mais recorrendo a práticas assentadas no uso intensivo de técnicas modernas, práticas que implicam em recorrentes situações de endividamento, em virtude dos crescentes custos de produção,<sup>1</sup> e, conforme apontado por vários estudiosos,<sup>2</sup> o crescente aprofundamento da relação da agricultura familiar com os diferentes capitais (industrial, agroindustrial, mercantil, financeiro). Isso implica também em um processo crescente de diferenciação social que afeta principalmente a agricultura familiar propiciando o surgimento de “novos tipos sociais” no campo. A evidência mais contundente é a presença de um novo tipo familiar, que se denomina na literatura como “farmer caboclo”.<sup>3</sup> Essa compreensão nos deu base para a formulação da hipótese central de pesquisa, que consistiu na ideia de que o crescimento da renda foi apropriado diferencialmente pelos tipos familiares de produtores agrícolas e essa apropriação da renda foi impulsionada pelas políticas públicas de crédito.

Este artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução. Na próxima seção será exposta a metodologia da pesquisa, em que constam as fontes dos dados, a tipologia de famílias e o método estatístico utilizado para obtenção das informações sobre a apropriação da renda agrícola pelos distintos grupos familiares ocupacionais. Na terceira seção encontram-se os resultados obtidos e a discussão dos mesmos. Por fim, na última seção, são tecidas as considerações finais.

## 2 Metodologia da Pesquisa

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção dos resultados que foram analisados neste artigo. Vale destacar que utilizamos como fontes de informações as variáveis e os microdados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos aos anos de 2002 e 2009.

---

1 Trabalhos como os de Nunes (2009) e Nascimento, Mendes e Cardoso (2011) mostram com seus estudos de caso – dando-nos subsídios para nossa hipótese de trabalho – que o fato de a unidade produtora familiar estar mais (ou menos) integrada a mercados (e, portanto, a capitais) é relevante. Assim, quanto maior (ou menor) for a utilização de maquinários e insumos em geral, maior (ou menor) será o grau de endividamento, capitalização e especialização das unidades familiares produtoras agrícolas.

2 Guimarães (1979), Silva (1981), Rangel (1983), Wanderley (1985), Thomaz Júnior (2008) e Delgado (2012).

3 As famílias de empregadores com até 2 empregados permanentes, que utilizam trabalhadores temporários, serão tratadas como empresas familiares ou “*farmers caboclos*”, por representarem uma categoria híbrida, na qual não se separou ainda completamente a gestão do responsável pelo empreendimento do trabalho direto dos seus familiares e empregados (ver SILVA, 1999).

## 2.1 Fontes dos Dados

A principal justificativa para a utilização dos dados das PNADs é porque eles têm um caráter demográfico e não se restringem às informações das atividades de produção agropecuária das áreas rurais. Todos os dados obtidos referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última semana do mês de setembro.

Além disso, é importante fazer mais duas observações. Primeiro, que a pesquisa se limitou aos anos 2000 em virtude do *boom* das exportações das *commodities* primárias nesse período, assim como também do PIB agropecuário. Segundo, não utilizamos a PNAD do ano de 2000 porque houve o Censo Demográfico<sup>4</sup> e também do ano de 2001 porque a partir de 2002 o IBGE adotou outras Classificações de Ocupações e de Atividades Econômicas, de forma que se tornou inviável a comparabilidade das informações individuais dos microdados da PNAD 2001 com as PNADs subsequentes.

## 2.2 Tipologia de Famílias

As famílias extensas<sup>5</sup> a serem consideradas foram classificadas de acordo com a posição de seus membros na ocupação principal, da seguinte forma: i) se um dos membros da família declarou, na PNAD, ser empregador, a família será classificada como tal (Família de Empregadores), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procede-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Ademais, considerou-se ainda a subclassificação das famílias de empregadores segundo o número de empregados permanentes (*Empregadora mais de 2 empregados* e *Empregadora até 2 empregados*); ii) na inexistência de um empregador, a família será classificada como de conta-própria (Família de Conta-Próprias) se um dos membros ativos declarou-se como tal; iii) em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como família de empregados/assalariados (Família de Assalariados), se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como assalariado, uma atividade agrícola na semana de referência da PNAD.

Para cada posição na ocupação acima referida, as famílias extensas serão subdivididas segundo o ramo de atividade em que seus membros estavam envolvidos, da seguinte forma: i) *família pluriativa intersetorial* é aquela em que (a)

---

4 Vale destacar que a PNAD era uma pesquisa intercensitária, o que significa dizer que apenas era realizada nos anos em que não eram realizados os Censos Demográficos.

5 Neste artigo considera-se família extensa apenas o núcleo familiar mais os parentes e agregados, desconsiderando-se os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes destes.

pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e (b) pelo menos um outro exercia uma atividade *não agrícola*, na semana de referência da PNAD; ii) *família pluriativa tradicional* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros exercia uma atividade *agrícola* (ou como empregador ou como conta-própria) e (b) pelo menos um outro exercia uma atividade *agrícola* assalariada (nas famílias de assalariados não existe o tipo de família pluriativa tradicional porque seriam tão somente duas ou mais pessoas ocupadas na agricultura, todas como assalariados); iii) *família agrícola* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas, e (b) nenhum outro membro estava ocupado em atividades não agrícolas.

O somatório dos quantitativos de famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) e de famílias de empregadores com até dois empregados (agrícolas e pluriativas) conformam o que consideramos neste artigo por agricultura familiar.

Ademais, importa ressaltar que somente foram analisadas famílias que tinham pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas. As famílias (empregadoras, conta-própria e assalariadas) que só tinham membros ocupados em atividades não agrícolas (ou não ocupados) e não tinham nenhum membro ocupado em atividades agrícolas, não foram consideradas nas análises. Trabalhamos, portanto, com os seguintes tipos de famílias de agricultores, conforme as informações contidas no Quadro 1.

Quadro 1 - Resumo da classificação das famílias, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade.

<b>Famílias (Posição na ocupação)</b>	<b>Famílias (Ramo de Atividade)</b>
<b>Empregadores</b>	Agrícolas
	Pluriativas tradicionais
	Pluriativas intersetoriais
<b>Conta-próprias</b>	Agrícolas
	Pluriativas tradicionais
	Pluriativas intersetoriais
<b>Empregados</b>	Agrícolas
	Pluriativas tradicionais
	Pluriativas intersetoriais

Fonte: Elaboração própria.

## 2.3 A noção de rural e urbano nas PNADs

Quanto à definição das áreas rurais estas constituem, segundo o IBGE, as áreas restantes quando se retiram as áreas consideradas urbanas. Por questões metodológicas da amostragem, o IBGE mantém fixa a área urbana e rural de um município ao longo da década, mesmo que o município venha alterar o perímetro urbano.

Para contornar a questão da delimitação e atualização do perímetro urbano, o IBGE apresenta mais detalhes sobre esta situação de domicílio de forma a captar, com mais detalhes, as áreas do *continuum* rural-urbano. Assim, passou a incluir as seguintes situações para a localização dos domicílios pesquisados: 1) **áreas urbanas**: áreas efetivamente urbanizadas dentro dos limites do perímetro urbano dos municípios; 2) **áreas urbanas não-urbanizadas**: áreas localizadas dentro do perímetro urbano que não apresentam efetiva urbanização e ocupadas com atividades agropecuárias ou ociosas; 3) **áreas urbanas isoladas**: englobam as áreas urbanas isoladas, consideradas legalmente como áreas urbanas, mas não contíguas ao núcleo do município; 4) **áreas rurais - extensão urbana**: áreas urbanizadas adjacentes ao perímetro urbano dos municípios, resultado do crescimento horizontal das cidades, e que ainda não foram anexadas legalmente ao perímetro urbano do município; 5) **áreas rurais - povoados**: aglomerações existentes no meio rural que se caracterizam por não estarem vinculadas a um único proprietário e possuem um conjunto de edificações permanentes e adjacentes formando área continuamente construída; 6) **áreas rurais - núcleo**: aglomerados rurais isolados, cujo solo pertence a um único proprietário e que dispõem ou não de serviços e equipamentos definidores dos povoados; 7) **áreas rurais - outros**: aglomerados que não dispõem dos serviços definidores de povoado e não estão vinculadas a um único proprietário; 8) **áreas rurais - exclusive**: áreas que não atendem a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, caracterizando-se como áreas rurais propriamente ditas. A partir dessas novas aberturas foi feito o agrupamento das áreas nos seguintes grupos de domicílios: **urbano** engloba a situação 1; **periferia** engloba as situações 2 e 4; **distritos e povoados** englobam as situações 3, 5 e 7; e **rural agropecuário** englobam as situações 6 e 8.

Também, para aprimorar a descrição dos resultados, além da situação do domicílio, a PNAD permite detalhar o tipo de município onde foi realizada a amostra. Assim, é possível identificar as regiões metropolitanas, grandes e pequenos municípios. Dessa forma, também foi agrupada essa abertura em: a) **METROPOLITANO**: representado pelo conjunto de municípios que compõem uma região metropolitana legalmente constituída; b) **NÃO-METROPOLITANO**: representado



pelo conjunto de municípios grandes e pequenos no interior dos estados, e que não constituem regiões metropolitanas.

Desta forma, considerou-se como integrantes da PEA rural somente as pessoas residentes nas áreas não-metropolitanas dos domicílios localizados no **rural agropecuário** pelo fato de que esta situação tem sua economia basicamente dependente da agricultura e de características mais próximas de áreas rurais.

## 2.4 Descrição do Método Estatístico referente à Decomposição da Variação da Apropriação relativa da Renda Total Agrícola pelos Tipos Familiares<sup>6</sup>

Para analisar as mudanças na composição da renda do contingente de famílias ocupadas na agricultura, utilizamos um método estatístico de decomposição da mudança no rendimento agrícola dos diferentes grupos ocupacionais familiares (empregadores, empregados e conta-próprias; agrícolas e pluriativos).

Para se obter e avaliar os distintos efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias ocupadas em atividades agrícolas foi realizada a decomposição da mesma em três componentes principais (VALDÉS *et al.*, 2010): i) efeito participação; ii) efeito renda; e iii) efeito composto. O primeiro efeito estima a variação da renda devida à variação do tamanho de cada tipo de família, ou seja, a variações na participação da população de cada grupo da estrutura familiar. O segundo efeito estima a variação devida a variações na renda de cada tipo familiar. O último efeito estima a variação que não pode ser unicamente explicada por cada um dos efeitos anteriores, ou seja, que é devida ao efeito conjunto dos componentes.

Para compreendermos os procedimentos utilizados na decomposição, vamos inicialmente considerar a renda média familiar ( $\bar{y}$ ) como a soma ponderada dos rendimentos de cada tipo familiar:

$$\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^N y_i}{N} = \sum_{j=1}^k w_j \bar{y}_j \tag{1}$$

Onde  $y_i$  é a renda da  $i$ -ésima família,  $w_j$  é a participação do  $j$ -ésimo tipo familiar na população e  $\bar{y}_j$  sua respectiva renda média familiar. A participação na renda total associada a um grupo familiar específico ( $S_j$ ) pode ser definida como:

$$S_j = \frac{\sum_{i \in j} y_i}{\sum_{i=1}^N y_i} = \frac{N_j \cdot \bar{y}_j}{N \cdot \bar{y}} = w_j \bar{y}_j \tag{2}$$

6 Esta seção segue a formulação de Valdés *et al.* (2010). Mas, diferentemente destes que analisaram os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, no presente artigo estamos analisando os diferentes tipos familiares: agrícolas, pluriativos e não agrícolas.

Onde  $g_j$  representa a razão entre o rendimento do  $j$ -ésimo grupo familiar e o rendimento médio de todos os grupos familiares com ocupados na agricultura.

A partir de desenvolvimento algébrico, pode-se demonstrar que a variação relativa do rendimento médio familiar das famílias com ocupados na agricultura pode ser expressa por:

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \frac{\bar{y}_t - \bar{y}_{t-1}}{\bar{y}_{t-1}} = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left(\frac{\Delta(w_j \bar{y}_j)}{w_j \bar{y}_j}\right)_t \quad (3)$$

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left( \left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta \bar{y}_j}{\bar{y}_j}\right)_t \right) \quad (4)$$

Podemos agora decompor a variação, em pontos percentuais, da participação de cada tipo familiar na apropriação da renda total da população:

$$S_{jt} - S_{jt-1} = S_{jt-1} \cdot \left( \left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t \right) \quad (5)$$

Deve-se saber que  $\Delta w$   $\Delta w$  mede o impacto da mudança no tamanho do grupo na apropriação das receitas totais geradas por todos os grupos ocupacionais familiares na agricultura e que  $\Delta g$   $\Delta g$  mede o impacto da variação na renda do grupo familiar. Assim, o primeiro termo da equação (4) captará o *efeito participação*, o segundo termo o *efeito renda* e terceiro termo o *efeito composto*.

Vale destacar que todos os rendimentos nominais foram deflacionados para setembro de 2009 (semana de referência da PNAD) a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

### 3 Análise e Discussão dos Resultados

A presente seção apresenta o resultado do processamento dos microdados da PNAD/IBGE e dos procedimentos estatísticos, conforme a metodologia apresentada anteriormente.

A Tabela 1 mostra a distribuição absoluta e percentual do número de famílias que apresentam pelo menos uma pessoa ocupada em atividades agrícolas, o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar, para o estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2002 e 2009, bem como a variação percentual tanto do número das famílias, quanto do número das pessoas.

Nessa tabela pode-se verificar que, no ano de 2009, havia 385 mil famílias ocupadas no setor agropecuário no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, no ano de 2002, o número de famílias era maior (412 mil famílias aproximadamente), o que confere uma redução de 6,5% no número total de famílias no período compreendido entre 2002-2009.

Pode-se observar na Tabela 1 que, no estado do Rio Grande do Sul, as famílias de conta-próprias, em conjunto com as famílias de assalariados, correspondiam a mais de 90% da totalidade dos tipos familiares que têm pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, em cada um dos dois anos selecionados.

Por outro lado, as informações contidas nessa tabela destacam importantes mudanças na participação relativa desses dois tipos familiares no conjunto dos quatro tipos familiares analisados. Ou seja, os dados mostram uma consistente redução da participação relativa das famílias de conta-próprias (que tinham uma participação de 77,1%, em 2002, reduzida para 70,3%, em 2009) e, em sentido inverso, um crescimento relativo (ainda que pequeno) do número de famílias de assalariados (que em 2002 era de 19,6% e em 2009 atinge a participação de 21,3%). Essas diferentes mudanças também podem ser verificadas nas últimas colunas da Tabela 1, que mostram as variações entre os anos: todos os diferentes tipos familiares de conta-próprias mostram variações negativas, enquanto que, por sua vez, as famílias de assalariados exibem quase sempre variações positivas de crescimento.

Destaca-se que a variação positiva no número de famílias de assalariados no período foi determinada pelo aumento do número de famílias que eram pluriativas intersetoriais (ou seja, combinavam atividades agrícolas com atividades não agrícolas) no meio rural gaúcho. De uma forma praticamente generalizada, também se observa uma variação negativa do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas nesses dois grupos de famílias. Esses dados em seu conjunto revelam importantes mudanças nas estruturas das famílias gaúchas que possuíam membros ocupados em atividades agrícolas.

No ano de 2009, pouco mais de 70% do total de famílias em que pelo menos um membro estava envolvido em atividades agrícolas no estado do Rio Grande do Sul pertenciam ao grupo familiar dos conta-próprias. Apesar de ser o grupo mais representativo, essas famílias perderam participação entre os anos de 2002 e 2009. A Tabela 1 permite evidenciar que o grupo de famílias de conta-próprias em que todos os membros estavam envolvidos em atividades exclusivamente agrícolas pode ter sido responsável pela trajetória de queda apresentada na totalidade do grupo de famílias de conta-própria, cujo conjunto exibiu variação negativa na comparação dos anos de 2002 e 2009 (-17,6%), revelando as dificuldades encontradas, especialmente pelo grupo de famílias de conta-próprias agrícolas - legítimas representantes da agricultura familiar -, para enfrentar o novo contexto socioeconômico apontado por Waquil e Souza (2014). Por outro lado, as famílias de

conta-próprias com pluriatividade intersetorial parecem que foram as que contribuíram para o efeito de amortecimento da redução no número de famílias de conta-próprias no meio rural gaúcho, já que praticamente se mantiveram estáveis no período analisado, evidenciando a importância das atividades não agrícolas e da diversificação econômica rural, aspectos destacados por Silva (2002).

Tabela 1 - Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002 a 2009 (1.000 pessoas e famílias).

Tipos de Famílias		2002			2009			Variação 2009-2002 (%)	
		Pes-soas	Famílias		Pes-soas	Famílias		Pes-soas	Famí-lias
			N	N		%	N		
<b>Empre-gadora com + de 2 empre-gados</b>	Agrícola	7	3	0,7	3	1	0,3	-	-
	Pluriativi-dade Tradi-cional	0	0	0,0	0	0	0,0	-	-
	Pluriativi-dade Inter-setorial	3	2	0,6	4	4	0,9	-	-
	<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>1,3</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1,2</b>	-	-
<b>Empre-gadora com até 2 empre-gados</b>	Agrícola	11	4	1,0	42	20	5,2	277,2	397,3
	Pluriativi-dade Tradi-cional	1	1	0,1	5	2	0,5	-	-
	Pluriativi-dade Inter-setorial	7	4	1,0	10	6	1,5	36,6	46,3
	<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>9</b>	<b>2,1</b>	<b>56</b>	<b>28</b>	<b>7,2</b>	<b>194,8</b>	<b>220,8</b>
<b>Conta-própria</b>	Agrícola	639	240	58,2	436	198	51,3	-31,9	-17,6
	Pluriativi-dade Tradi-cional	38	14	3,5	31	11	2,9	-16,5	-22,2
	Pluriativi-dade Inter-setorial	126	63	15,3	109	62	16,0	-13,6	-2,3
	<b>Total</b>	<b>803</b>	<b>318</b>	<b>77,1</b>	<b>576</b>	<b>271</b>	<b>70,3</b>	<b>-28,3</b>	<b>-14,8</b>

continua...

conclusão.

Tipos de Famílias		2002			2009			Variação 2009-2002 (%)	
		Pes-soas	Famílias		Pes-soas	Famílias		Pes-soas	Famí-lias
			N	N		%	N		
<b>Assala-riados</b>	Agrícola	123	63	15,3	103	56	14,5	-16,8	-11,7
	Pluriativi-dade Inter-setorial	28	17	4,2	30	26	6,8	6,6	50,2
	<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>81</b>	<b>19,6</b>	<b>133</b>	<b>82</b>	<b>21,3</b>	<b>-12,5</b>	<b>1,7</b>
<b>Total</b>	Agrícola	781	310	75,2	583	275	71,3	-25,4	-11,4
	Pluriativi-dade Tradi-cional	39	15	3,7	37	13	3,4	-5,2	-13,3
	Pluriativi-dade Inter-setorial	165	87	21,1	153	97	25,3	-7,0	12,0
	<b>Total</b>	<b>984</b>	<b>412</b>	<b>100,0</b>	<b>773</b>	<b>385</b>	<b>100,0</b>	<b>-21,5</b>	<b>-6,5</b>

Fonte: Tabulações especiais dos microdados das PNADs/IBGE.

Ainda que não haja informações suficientemente concretas para avaliar a mobilidade das famílias, esses resultados podem estar indicando que as famílias conta-própria pluriativas tradicionais e as famílias conta-própria agrícolas estariam se convertendo em famílias pluriativas intersetoriais. Expressando de outra forma, muitos membros das famílias de conta-próprias pluriativas tradicionais e das agrícolas, que antes se ocupavam na agricultura, podem ter se ocupado em atividades não agrícolas, contribuindo para a manutenção deste grupo de famílias. Esse tipo de comportamento se torna muito mais evidente entre as famílias de assalariados, porque entre as famílias de contas-próprias (agricultura familiar) houve quase sempre variações negativas no número de todos os seus tipos familiares.

Embora não seja possível afirmar claramente, provavelmente uma parte das 47 mil famílias que, entre 2002 e 2009 deixaram de compor o grupo de famílias de conta-próprias, podem ter se convertido majoritariamente em famílias de “não ocupados e não agrícolas”,<sup>7</sup> de assalariados, que no mesmo período, registrou um pequeno aumento, mas principalmente pelo aumento importante do número de

7 As famílias não agrícolas aqui são compreendidas como sendo aquelas nas quais nenhum dos seus membros declarou na PNAD estar ocupado em atividades agrícolas, mas que pelo menos um deles declarou estar ocupado em atividades não agrícolas. As famílias não agrícolas podem ser de empregadores, de contas-próprias e de assalariados. As famílias de não ocupados são aquelas nas quais nenhum dos seus membros declarou estar ocupado na semana de referência da PNAD.

famílias empregadoras com até 2 empregados (o grupo minoritário da agricultura familiar) que saltou de 9 mil famílias para 28 mil famílias no período 2002 a 2009. Dentro deste tipo familiar, as famílias agrícolas foram as que mais contribuíram para o aumento da participação dos pequenos empregadores, passando de aproximadamente 4 mil para 20 mil famílias, resultando numa impressionante taxa de crescimento de 397% no período 2002 a 2009 no estado do Rio Grande do Sul, dados que revelam e demonstram o processo de polarização crescente destacado por Silva (1996, p. 173). Seguindo essa tendência de crescimento, as famílias de empregadores com mais de 2 empregados e pluriativas intersetoriais aumentaram sua participação em 46,3% na comparação dos anos de 2002 e 2009 no meio rural gaúcho.

Em relação às famílias de trabalhadores assalariados no meio rural do estado do Rio Grande do Sul, percebem-se variações distintas dentro do próprio grupo. As famílias de pluriativos, que combinam atividades agrícolas com não agrícolas, apresentaram um melhor desempenho em termos de participação (aumento de 50,2%), se comparadas às famílias de trabalhadores unicamente agrícolas, pois estas perderam participação (queda de 11,7%). Pode-se argumentar que a redução do número de famílias de assalariados agrícolas ocorra principalmente devido “aos crescentes requisitos de treinamento e qualificação exigidos pelos segmentos mais modernos do campo”, conforme afirmou Silva (1996, p. 173). No entanto, de uma forma geral, as famílias de assalariados apresentaram um pequeno crescimento entre 2002-2009, já que no início de 2002 havia aproximadamente 81 mil famílias ocupadas no setor agrícola, aumentando esse contingente para 82 mil famílias em 2009.

As informações anteriormente apresentadas na Tabela 1 revelam os tipos de alterações ocorridas na composição estrutural dos diferentes tipos familiares em análise. É possível evidenciar ou pelo menos levantar a hipótese de que parte das famílias que deixaram de integrar o grupo das famílias de conta-próprias se tornaram agricultores familiares com mão de obra contratada, conforme ressaltou Silva (1999), em relação à formação de uma “categoria híbrida” no rural. Supõe-se que boa parte das 47 mil famílias de conta-próprias podem ter simplesmente abandonado as atividades agropecuárias, transformando-se em famílias não agrícolas, mas continuando a viver no meio rural, ou terem se tornado famílias não ocupadas. Outra possibilidade é a de ter havido um êxodo das áreas rurais, mas esse aspecto é difícil de ser mensurado com os dados disponíveis.

Resumindo, a dinâmica dos tipos familiares revela uma mudança importante na estrutura de composição do universo dos tipos de famílias analisadas, o que significa, de um lado, aumento muito importante da participação absoluta e relativa

do número de famílias de empregadores com até 2 empregados,<sup>8</sup> e, de outro lado, uma redução da participação absoluta e relativa do conjunto mais importante da agricultura familiar (especialmente das famílias de conta-próprias). Embora se possa ainda constatar que as famílias de conta-próprias prevaleçam na estrutura das áreas rurais do Rio Grande do Sul, os resultados apontam para uma evidente transição desse tipo familiar para o perfil de empregadores com até dois 2 empregados ou de migração para atividades não agrícolas, mas também de não ocupação, resultado do “enfrentamento” do novo contexto socioeconômico destacado por Waquil e Souza (2014).

A Tabela 2 apresenta as informações sobre a renda média do trabalho e a renda média familiar dos rendimentos exclusivamente do trabalho agrícola para cada tipo familiar, além da participação de cada um dos tipos familiares na apropriação da renda total do trabalho agrícola na comparação dos anos de 2002 e 2009. A importância da análise das rendas para o desenvolvimento rural foi destacada por Hill (1999).

A partir dos dados da Tabela 2 pode-se observar uma aparente hierarquia na distribuição da massa total da renda agrícola entre os tipos familiares. Por exemplo, a renda média familiar das famílias empregadoras com mais de dois empregados era, em 2009, quase 3 vezes superior à renda média das famílias de conta-próprias e quase 5 vezes superior à renda média da família de assalariados. Contudo, uma análise mais detalhada dos dados permite evidenciar que as famílias empregadoras com mais de 2 empregados permanentes ainda que representassem, em 2009, 1,2% (Tabela 1), apropriavam-se de 3,6% da renda total agrícola. Por outro lado, as famílias de assalariados e de conta-próprias representavam, em 2009, praticamente 92% do total de famílias com ocupados agrícolas (Tabela 1) e se apropriavam de 75,8% da renda agrícola total (Tabela 2).

Em relação à variação percentual das rendas médias familiares, a primeira impressão a partir da observação dos dados da Tabela 2 é o incremento na renda média das famílias ocupadas em atividades agrícolas. Em 2002, a renda mensal média das famílias era de R\$ 765,70, no entanto em 2009 os rendimentos médios passaram para R\$ 1.197,60 mensais (variação de 56,4%), o que confirma o *boom* agrícola apontado por Brandão, Rezende e Marques (2006). Considerando o desempenho geral dos tipos familiares, destaca-se o desempenho das famílias de pluriativos tradicionais (famílias que combinam atividade agrícola com outra atividade agrícola) que apresentaram um acréscimo de 170% na renda média mensal na comparação dos anos de 2002 e 2009.

---

8 A primeira referência a chamar atenção para a presença das empresas familiares médias tecnificadas foi o livro de Bernard Sorj (SORJ, 1980) intitulado “Estados e Classes Sociais na Agricultura Brasileira”, publicado em 1980, ainda que, nos anos 1970 era difícil verificar a presença de uma “estrutura de classes no campo”.

As famílias compostas por conta-próprias, que são os legítimos representantes da agricultura familiar, apropriaram-se de 71% da renda média total das famílias de ocupados em atividades agrícolas no Rio Grande do Sul em 2009. Cabe lembrar que as famílias de conta-próprias são o maior grupo familiar tanto em termos de participação como de renda (70% e 71%, respectivamente). Dentro desse grupo, todos os tipos familiares apresentaram variação positiva em termos de evolução nos rendimentos. Esses resultados apenas reforçam a importância da agricultura familiar na Região Sul, conforme destacaram Abramovay e Veiga (1999), bem como os efeitos das políticas agrícolas públicas direcionadas para este grupo social. As famílias de pluriativos tradicionais aumentaram em 187,9% a sua renda média mensal, seguidos pelos agrícolas e pluriativos intersetoriais com incrementos de 77,4 e 31,2% nos seus rendimentos, na comparação dos anos de 2002 e 2009.

Tabela 2 - Rendimentos médios do trabalho e rendas médias familiares oriundas de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009. (Em R\$ de setembro/2009).

Tipo de Família	2002			2009			Variação Renda Fam. 2009-2002 (%)	
	Renda Média Trab.	Renda Média Fam.	(%) Renda Total	Renda Média Trab.	Renda Média Fam.	(%) Renda Total		
<b>Empregadora com mais de 2 empregados</b>	Agrícola	2.507,6	6.018,5	5,5	2.065,2	5.163,8	1,3	-
	Pluriatividade Tradicional	-	-	0,0	-	-	0,0	-
	Pluriatividade Inter-setorial	434,1	542,6	0,4	2.556,3	2.982,0	2,3	-
	<b>Total</b>	<b>1.897,6</b>	<b>3.584,3</b>	<b>5,9</b>	<b>2.351,6</b>	<b>3.527,5</b>	<b>3,6</b>	-
<b>Empregadora com até 2 empregados</b>	Agrícola	457,5	1.241,8	1,6	1.092,6	2.249,5	9,8	81,1
	Pluriatividade Tradicional	1.380,2	2.760,3	0,5	927,8	2.783,3	1,1	-
	Pluriatividade Inter-setorial	2.684,6	4.602,1	5,9	882,2	1.411,5	1,8	-69,3
	<b>Total</b>	<b>1.323,4</b>	<b>2.911,4</b>	<b>8,0</b>	<b>1.041,5</b>	<b>2.105,2</b>	<b>12,7</b>	<b>-27,7</b>

continua...



conclusão.

Tipo de Família	2002			2009			Variação Renda Fam. 2009-2002 (%)	
	Renda Média Trab.	Renda Média Fam.	(%) Renda Total	Renda Média Trab.	Renda Média Fam.	(%) Renda Total		
<b>Conta-própria</b>	Agrícola	257,3	685,5	52,1	551,8	1.216,3	52,1	77,4
	Pluriatividade Tradicional	302,8	787,3	3,6	812,6	2.266,9	5,5	187,9
	Pluriatividade Intersetorial	380,3	760,6	15,2	564,1	998,0	13,4	31,2
	<b>Total</b>	<b>278,8</b>	<b>705,1</b>	<b>71,0</b>	<b>568,4</b>	<b>1.210,3</b>	<b>71,0</b>	<b>71,7</b>
<b>Assalariados</b>	Agrícola	312,9	611,5	12,2	381,2	701,4	8,5	14,7
	Pluriatividade Intersetorial	315,1	514,8	2,8	631,6	732,1	4,1	42,2
	<b>Total</b>	<b>313,3</b>	<b>590,6</b>	<b>15,1</b>	<b>438,2</b>	<b>711,2</b>	<b>12,6</b>	<b>20,4</b>
<b>Total</b>	Agrícola	289,0	727,5	71,5	568,0	1.204,7	71,8	65,6
	Pluriatividade Tradicional	334,9	863,1	4,1	829,4	2.337,4	6,6	170,8
	Pluriatividade Intersetorial	467,4	884,9	24,4	651,2	1.024,5	21,6	15,8
	<b>Total</b>	<b>320,6</b>	<b>765,7</b>	<b>100,0</b>	<b>596,9</b>	<b>1.197,6</b>	<b>100,0</b>	<b>56,4</b>

Fonte: Tabulações especiais dos microdados das PNADs/IBGE.

Ainda acerca da agricultura familiar, o grupo dos empregadores com até 2 empregados apresentou uma redução na renda média mensal de aproximadamente 28%. Nesse grupo, as três categorias de trabalhadores apresentaram variações distintas. As famílias de empregadores com até 2 empregados e com atividades exclusivamente agrícolas aumentaram consideravelmente seu rendimento médio familiar (81,1%), o grupo dos empregadores pluriativos tradicionais não apresentaram uma variação, porém os pluriativos intersetoriais reduziram drasticamente a renda mensal média (queda de 69,3%). Esse aumento da renda média familiar reafirma o processo de polarização crescente destacado por Silva (1996, p. 173).

Em relação às famílias de assalariados, que em 2002 apresentavam renda média mensal de R\$ 590,60, no ano de 2009 passaram a contar com R\$ 711,20

mensais (aumento de 20,4%). Dentro do grupo de trabalhadores assalariados, as famílias pluriativas intersetoriais apresentaram uma maior evolução na renda média (aumento de 42,2%) em comparação às famílias em que seus membros atuavam unicamente no setor agrícola (+14,7%) no meio rural gaúcho.

Analisando a participação dos grupos no volume da renda total do setor agropecuário do estado, observa-se que o grupo dos empregadores com até dois empregados, mesmo que tenham apresentado uma variação negativa na renda, elevaram sua participação na renda total, passando de 8% para 12,7% do total, na comparação dos anos de 2002 e 2009. Já as famílias de assalariados, que elevaram os seus rendimentos mensais, perderam participação na renda total do setor agrícola, passando de 15,1% para 12,6% do todo.

A Tabela 3 apresenta os resultados do desmembramento da composição das rendas médias dos diferentes grupos familiares ocupados em atividades agrícolas, em renda agrícola, não agrícola, aposentadorias/pensões e outras fontes, na comparação dos anos de 2002 e 2009.

Como se pode observar na Tabela 3, a composição das rendas médias das famílias nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, como um todo, não se alterou muito. A renda agrícola continua sendo a mais importante, compondo quase a metade da renda total das famílias. Duas outras fontes de renda praticamente compõem o restante da renda familiar: as rendas não agrícolas e aquelas originárias de transferências sociais, as aposentadorias/pensões. As chamadas “outras rendas” são relativamente menores, ficando ao redor de 5% na composição das rendas médias familiares.

Tabela 3 - Composição das rendas médias das famílias extensas: Rio Grande do Sul, 2002 e 2009 (R\$ setembro de 2009)

Local Domicílio / Tipos de Famílias	Agricultoras (%)		Não agrícolas (%)		Aposentadorias/Pensões %		Outras Fontes %		2002
	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	R\$
<b>Rural Agropecuário</b>	48,5	49,9	26,5	24,2	21,0	20,4	4,0	5,5	1.173,20
Empregadora com mais de 2 empregados	26,5	43,5	67,2	44,3	6,0	8,1	0,3	4,1	4.118,31
<b>Agrícola</b>	91,7	94,1	0,0	0,0	8,3	5,9	0,0	0,0	6.398,43
<b>Pluriativo</b>	41,1	15,5	50,1	68,9	8,2	10,4	0,7	5,1	3.491,44
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	41,1	15,5	50,1	68,9	8,2	10,4	0,7	5,1	3.491,44
<b>Não agrícola</b>	0,0	0,0	96,4	82,4	3,6	9,3	0,0	8,2	3.130,25
Não agrícola	0,0	0,0	96,2	82,4	3,8	9,3	0,0	8,2	3.130,25
Empregadora com até 2 empregados	58,7	67,7	17,9	21,9	17,6	3,4	5,9	7,0	3.796,11

continua...

conclusão.

Local Domicílio / Tipos de Famílias	Agrícolas (%)		Não agrícolas (%)		Aposentadorias/Pensões %		Outras Fontes %		2002
	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	R\$
<b>Agrícola</b>	71,7	59,7	0,0	0,0	23,4	10,8	4,9	29,5	2.081,46
<b>Pluriativo</b>	52,1	82,5	35,7	15,5	11,0	1,5	1,2	0,5	5.298,42
<i>Agrícola+Agrícola</i>	77,7	98,0	0,0	0,0	22,3	0,0	0,0	2,0	2.815,55
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	42,2	81,4	48,7	16,6	7,5	1,6	1,7	0,4	5.652,59
<b>Não agrícola</b>	0,0	0,0	78,0	100,0	0,0	0,0	22,0	0,0	3.787,79
<i>Conta-própria</i>	63,0	58,4	15,3	17,2	18,7	20,5	3,0	3,9	1.132,65
<b>Agrícola</b>	74,6	70,4	0,0	0,0	21,6	25,0	3,8	4,6	980,64
<b>Pluriativo</b>	52,9	50,1	31,7	33,5	14,1	14,2	1,2	2,1	1.549,86
<i>Agrícola+Agrícola</i>	87,3	82,1	0,0	0,0	11,7	16,6	1,0	1,3	958,84
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	45,7	44,4	38,6	38,9	14,6	14,4	1,2	2,3	1.705,83
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	51,1	63,5	27,6	24,5	14,0	10,7	7,3	1,2	1.472,57
<i>Agríc. +não-agríc. +Trab. Dom</i>	12,8	37,2	60,0	59,5	25,4	0,0	1,8	3,3	2.121,52
<b>Não agrícola</b>	0,0	0,0	83,0	84,0	12,8	10,5	4,2	5,5	1.313,60
<i>Não agrícola</i>	0,0	0,0	81,1	82,8	15,6	11,4	3,3	5,9	1.312,14
<i>Não agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	0,0	89,4	99,8	3,8	0,0	6,8	0,2	1.332,09
<i>Assalariados</i>	27,9	36,7	53,3	46,3	14,1	10,1	4,7	7,0	1.026,06
<b>Agrícola</b>	76,9	76,6	0,0	0,0	15,1	10,2	7,9	13,2	812,82
<b>Pluriativo</b>	36,1	46,1	50,0	46,3	11,5	7,0	2,4	0,7	1.156,06
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	24,4	38,0	57,3	52,7	15,7	8,7	2,6	0,5	1.286,84
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	65,3	68,9	30,4	29,9	1,8	0,0	2,5	1,2	905,36
<i>Agríc. +não-agríc. +Trab. Dom</i>	23,6	30,1	63,0	45,8	13,4	24,1	0,0	0,0	1.309,19
<b>Não agrícola</b>	0,0	0,0	80,8	85,2	14,8	11,0	4,3	3,8	1.258,34
<i>Não agrícola</i>	0,0	0,0	82,0	85,6	14,6	11,3	3,5	3,1	1.309,87
<i>Não agrícola+Trab.Dom</i>	0,0	0,0	70,5	82,5	17,3	8,2	12,3	9,3	957,84
<i>Não ocupado na semana</i>	0,0	0,0	0,0	0,0	88,3	83,3	11,7	16,7	723,12

Fonte: Tabulação especial dos microdados das PNADs/IBGE.

Esse resultado está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural, conforme destacou Mackinnon *et al.* (1991). Para esses autores, como para nós, as três fontes principais de renda são

agrícolas, não agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e/ou pensões.

Uma análise pormenorizada de cada um dos tipos de famílias é apresentada na sequência deste trabalho. Em relação às famílias conta-própria, é possível observar um pequeno aumento da participação das rendas agrícolas quando se comparam os anos de 2002 e 2009, e também uma leve redução da participação das rendas não agrícolas. A fonte de renda (aposentadorias/pensões) reduziu-se um pouco, especialmente entre as famílias de conta-próprias agrícola, representante mais legítima da agricultura familiar, mas ainda representa uma importante contribuição na renda familiar total.

Esse resultado confirma o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram. Os resultados da pesquisa de Delgado e Cardoso Jr. (2000) confirmam que as transferências da previdência social pública desempenham um papel importante na reprodução dos agricultores familiares. Os autores ainda sugerem que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais se constituiria em um mecanismo importante para conter o êxodo rural, e, ao mesmo tempo, funcionaria como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar.

O aumento da participação das rendas agrícolas pode ser um reflexo da alteração mostrada pela renda agrícola das famílias de contas próprias agrícolas. A redução da participação das rendas não agrícolas pode ser derivada da diminuição da participação das mesmas entre as famílias conta-própria pluriativas, e também das rendas das famílias conta-próprias não agrícolas na comparação dos anos de 2002 e 2009.

Em relação à composição das rendas médias das famílias de assalariados, as informações disponíveis mostram uma redução da participação das rendas agrícolas. Chama atenção também o crescimento da participação das rendas oriundas de aposentadorias/pensões, atingindo 14% do total da renda familiar. Essas mudanças na composição das rendas das famílias de assalariados podem ser mais bem averiguadas quando se analisa o que ocorreu com os outros tipos de famílias de assalariados.

No grupo de famílias de assalariados agrícolas não se verificam alterações substanciais na composição das rendas, exceto o aumento da renda oriunda de transferências sociais, quando se comparam os anos de 2002 e 2009. Já entre as famílias de assalariados pluriativas, chama atenção o aumento da participação das rendas não agrícolas e de aposentadorias/pensões e uma redução da participação das rendas agrícolas. Entretanto, é no grupo de famílias de empregados não agrícolas que se verifica alteração na composição da renda, o aumento da participação das rendas de aposentadorias/pensões, chegando a quase 15% do total das

rendas deste grupo de famílias, simultaneamente à leve redução da participação das rendas não agrícolas. Em relação às famílias empregadoras com até 2 empregados, nota-se uma redução da participação das rendas agrícolas e das rendas não agrícolas, em contrapartida há aumento da renda oriunda de aposentadorias/pensões. Nas famílias empregadoras com até 2 empregados e agrícolas é que se observam as mudanças mais importantes: um aumento expressivo da proporção de rendas agrícolas e de aposentadoria/pensões na composição da renda total, quando comparados os anos de 2002 e 2009, o que corrobora uma vez mais o que já foi mencionado anteriormente sobre a polarização crescente, conforme explicado por Silva (1996, p. 173).

A Tabela 4 apresenta os resultados relativos aos efeitos da apropriação da renda total agrícola dos distintos grupos de famílias inseridas no setor agrícola, considerando a influência da participação (número de famílias), da renda e da combinação de ambos (efeito composto) na determinação da variação da renda, conforme metodologia utilizada na pesquisa.

No que diz respeito à participação relativa de cada tipo familiar, na totalidade da massa da renda agrícola gerada pelo conjunto dos tipos familiares, os dados da Tabela 4 comprovam, na última coluna, que foram as famílias de empregadores com até 2 empregados as que exibiram aumento na participação relativa na distribuição da massa total da renda agrícola, na comparação dos anos de 2002 e 2009, revelando o processo crescente de diferenciação social no rural do Rio Grande do Sul, com a formação dos “*farmers caboclos*”, conforme Silva (1999).

Essas famílias elevaram de forma mais expressiva a participação relativa na massa de renda agrícola (aumento de 4,7%), passando de 8,0% em 2002 para 12,7% em 2009. Esse crescimento foi devido ao desempenho apresentado pelas famílias agrícolas (com aumento de 8,2 pontos percentuais). Destaca-se o “efeito participação” na composição desse índice, comprovando o que já havia sido apontado anteriormente, quando da análise das informações da Tabela 1, referentes ao crescimento do número de famílias desse tipo.

Tabela 4 - Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Rio Grande do Sul (2002 e 2009)

Tipos de Famílias		Efeito Participação	Efeito Renda	Efeito Composto	Variação Total
Empregadora com mais de 2 empregados	Agrícola	-	-	-	-
	Pluriatividade tradicional	-	-	-	-
	Pluriatividade Intersetorial	-	-	-	-
	<b>Total</b>	-	-	-	-
Empregadora com até 2 empregados	Agrícola	6,9	0,3	1,1	8,2
	Pluriatividade tradicional	-	-	-	-
	Pluriatividade Intersetorial	3,3	-4,8	-2,7	-4,1
	<b>Total</b>	<b>19,5</b>	<b>-4,3</b>	<b>-10,5</b>	<b>4,7</b>
Conta-própria	Agrícola	-6,2	7,0	-0,8	0,0
	Pluriatividade Tradicional	-0,6	3,0	-0,5	1,9
	Pluriatividade Intersetorial	0,7	-2,5	-0,1	-1,9
	<b>Total</b>	<b>-6,3</b>	<b>6,9</b>	<b>-0,6</b>	<b>0,0</b>
Assalariados	Agrícola	-0,7	-3,3	0,2	-3,8
	Pluriatividade Intersetorial	1,7	-0,3	-0,2	1,3
	<b>Total</b>	<b>1,3</b>	<b>-3,5</b>	<b>-0,3</b>	<b>-2,5</b>
Total	Agrícola	-3,7	4,2	-0,2	0,3
	Pluriatividade Tradicional	-0,3	3,0	-0,2	2,5
	Pluriatividade Intersetorial	4,8	-6,3	-1,3	-2,8
	<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Fonte: Tabulação especial dos microdados das PNADs/IBGE.

No que diz respeito às famílias de conta-próprias, essas não apresentaram “variação total” na comparação dos anos de 2002 e 2009. Vale destacar que na decomposição dos efeitos pode-se verificar, no caso das famílias agrícolas, que o “efeito participação” praticamente anulou o “efeito renda”, indicando o que os

dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 já indicavam. A renda média familiar desse grupo contribuiu com 6,9% para o crescimento da apropriação da renda total. A expressiva redução da participação desse tipo familiar na estrutura familiar (de 77,1% para 70,3%, conforme a Tabela 1) contribuiu com 6,3 pontos percentuais para a redução na apropriação da renda total agrícola, o que reforça o argumento da “perda gradativa do papel produtivo dos segmentos mais pobres de pequenos produtores” e “a tecnificação crescente dos produtores familiares integrados aos complexos agroindustriais”, conforme ressaltou Silva (1996, p. 173). Ou seja, apesar de uma redução importante do número de famílias agrícolas do universo da agricultura familiar, houve uma apropriação importante de renda nesse tipo de famílias, particularmente das famílias agrícolas.

Os dados mostram que, apesar de ocorrer aumento de renda, há também o efeito de exclusão crescente dos agricultores menos capitalizados e a mobilidade dos que conseguiram acompanhar o *treadmill* tecnológico da agricultura. Isso faz com que apenas uma pequena parcela da agricultura familiar se aproprie do aumento da renda agrícola e um conjunto importante de famílias desempenhem outras atividades apesar de continuarem a viver nas áreas rurais.

O grupo das famílias de assalariados foi o único tipo familiar que apresentou variação total negativa de 2,5% na comparação dos anos de 2002 e 2009, conforme as informações contidas na Tabela 2. Essa variação negativa apresentada está relacionada à variação negativa apresentada pelas famílias de assalariados agrícolas, que apresentaram no período analisado uma redução de 3,8%. Ao analisarmos os efeitos sobre a variação total, notamos que o efeito determinante foi “renda”, o qual apresentou uma redução de 3,3%. Esse resultado diverge das conclusões obtidas pelo estudo de Valdés *et al.* (2010), apesar do estudo realizado pelos autores utilizar uma unidade de análise distinta daquela apresentada neste artigo.

Resumindo, pode-se destacar que as famílias de empregadores com até 2 empregados foi o tipo familiar que mais se diferenciou dos demais, tanto em termos do aumento de participação relativa no número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quanto em termos de aumento de participação relativa na massa total da renda agrícola. A decomposição dos distintos efeitos responsáveis pela apropriação relativa da renda total agrícola mostra, ainda, que o aumento da participação relativa das famílias de pequenos empregadores na apropriação da renda agrícola total se deveu mais ao aumento da participação relativa desse tipo familiar no conjunto das pessoas ocupadas na agricultura. De uma forma distinta, as famílias de conta-próprias não apresentaram variação total no período analisado. Essa ausência de variação deveu-se muito mais ao “efeito participação” do que ao “efeito renda”, que foi de quase 7%.

Em relação às famílias de conta-próprias, o crescimento da renda agrícola total deveu-se ao crescimento da renda desse tipo familiar em ritmo mais ace-

lerado (71,7%) que a média do conjunto dos demais tipos familiares (56,4%), na comparação dos anos de 2002 e 2009 no estado do Rio Grande do Sul (Tabela 2). Em relação à agricultura familiar, os dados revelam a existência de um importante processo de diferenciação social tanto “para cima”, quanto “para baixo”. A diferenciação “para cima” implica no surgimento da categoria denominada por Silva (1999), de “farmer caboclo”, conforme mencionado anteriormente. A proeminência dessa categoria social se assenta também na afirmação de Abramovay e Veiga (1999), os quais consideram que a região Sul do Brasil possui estados e municípios onde existe maior tradição de agricultores familiares com maior força econômica, e onde a agricultura familiar conseguiu se ligar a mercados dinâmicos. Entretanto, também cabe destacar que esse fenômeno assume uma natureza bem mais complexa, evidenciando também a presença de novos tipos de habitantes nas áreas rurais como, por exemplo, grupos de famílias que estão habitando as áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, mas não exercem atividades produtivas, e outras famílias que fazem dessas áreas, crescentemente, locais de moradia, exercendo outras atividades produtivas, geralmente vinculadas ao setor de serviços e que não estão vinculadas às atividades agrícolas.

## 4 Considerações Finais

Baseando-se nas evidências empíricas anteriormente apresentadas, pode-se chegar a algumas conclusões importantes, tendo em conta o objetivo proposto neste artigo. Inicialmente, pode-se destacar que os dados mostram que existe nas áreas rurais do estado do Rio Grande do Sul, na comparação dos anos de 2002 e 2009, uma transformação importante na estrutura de composição do universo dos tipos de famílias analisadas, com aumento importante da participação absoluta e relativa do número de famílias com até dois empregados e, de outro lado, uma redução na participação relativa do grupo mais representativo da agricultura familiar.

Em relação às rendas, os dados revelam que existe uma desigualdade na apropriação da renda agrícola por parte das famílias, sendo essa amplamente favorável à agricultura patronal, sendo que esse grupo apresentou rendimentos mensais três vezes superiores aos do grupo conta-própria e quase cinco vezes maior que o grupo das famílias de trabalhadores assalariados. Além disso, ao observar as informações de composição das rendas médias das famílias, apesar da renda agrícola continuar representando uma fração preponderante em relação à renda total, há um processo contínuo de diversificação de rendas nas áreas rurais apontando para transformações importantes no rural como um todo, especialmente o processo de envelhecimento e êxodo rural e agrícola no estado do Rio Grande do Sul em anos recentes.



Na análise da decomposição dos diferentes efeitos da apropriação de renda total agrícola por parte das famílias de ocupados em atividades agrícolas pôde-se confirmar que o grupo de famílias de empregadores com até dois empregados elevou a participação na renda agrícola, devido principalmente ao “efeito participação” na composição do índice, especialmente no caso das famílias agrícolas. Em relação às famílias de conta-própria, o “efeito participação” praticamente anulou o “efeito renda”, apontando para uma variação total *nula* na comparação dos anos de 2002 e 2009. Apesar de uma redução significativa do número de famílias do universo da agricultura familiar, houve uma apropriação importante de renda nesse tipo de família.

Assim sendo, os resultados apresentados neste artigo confirmam a relevância da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, mas evidenciam o processo de diferenciação social presente na última década. Um pequeno grupo da agricultura familiar denominado de “*farmer caboclo*” apropria-se da renda pelo “efeito participação”, mas não se pode deixar de mencionar que, no grupo de famílias de conta-própria, também há uma apropriação importante da renda por parte das famílias agrícolas. A explicação para tais transformações deve estar ligada ao processo crescente de especialização e tecnificação da agricultura gaúcha, resultado das políticas públicas, em especial do fornecimento de linhas especiais de crédito para apoiar a continuidade do processo de modernização do desenvolvimento das atividades agrícolas.

Finalmente, vale destacar que esse processo de diferenciação social que vem ocorrendo e que afeta principalmente o universo da agricultura familiar gaúcha não ocorre de forma homogênea, revelando novas formas de reprodução das famílias nas áreas rurais, como por exemplo, o assalariamento em atividades não agrícolas e a não ocupação por parte de um grupo importante de famílias. A partir dos resultados deste artigo podemos evidenciar aspectos importantes que mostram as desigualdades apresentadas pelo desenvolvimento agrícola, especialmente em um dos estados da federação onde a agricultura familiar tem grande importância social e econômica, inserida em um dos mercados mais dinâmicos do Brasil e possibilitando a readequação e novos direcionamentos das políticas públicas recentes.

## Referências

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. IPEA; USP. Programa seminários Acadêmicos. 1999. n. 21/98.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 249-266, abr./jun. 2006.
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DELGADO, G. C.; CARDOSO JR., J. C. *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil: projeto avaliação socioeconômica da previdência social rural*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para discussão, n. 734).
- FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília, DF: MDA, 2009. (NEAD Debate 18).
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2002 e 2009.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. In: NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (Ed.). *Políticas de incentivo à inovação tecnológica*. Brasília, DF: Ipea, 2008. Disponível em: <<http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/Produtividade%20e%20Crescimento%20da%20Agricultura%20Brasileira.doc>>. Acesso em: 02 abr. 2012.
- GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Evolução da agricultura familiar no Brasil (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.
- GUILHOTO, J. et al. *A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados*. Brasília, DF: NEAD, 2007.
- GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção O Mundo, v. 29).
- HILL, B. Farm household incomes: perceptions and statistics. *Journal of Rural Studies*. v. 15, n. 3, p. 345-358, 1999.
- MACKINNON, N. et al. Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in western Europe. *Sociologia Ruralis*, v. 31, n. 1, p. 58-71, 1991.
- NASCIMENTO, C. A.; MENDES, S. R.; CARDOSO, J. G. Agricultura familiar, tecnificação, envelhecimento e políticas públicas: um estudo de caso em Indianópolis, MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Sober, 2011.
- NUNES, E. M. *Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Polo Assú-Mossoró (RN)*.

2009. 350 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

SILVA, J. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: IE; UNICAMP, 1996.

SILVA, J. G. A pequena produção e as transformações na agricultura brasileira. In: \_\_\_\_\_. *A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 126-141. (Coleção Agricultura e Sociedade).

\_\_\_\_\_. *O novo rural brasileiro*. Campinas: IE; UNICAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

THOMAZ JÚNIOR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VALDÉS, A. *et al. Evolución y distribución del ingreso agrícola em América Latina: evidencia a partir de cuentas nacionales y encuestas de hogares*. Santiago: Cepal, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

WAQUIL, P. D.; SOUZA, M. Novas dinâmicas da agricultura no Rio Grande do Sul: respostas a um novo cenário. In: MATTOS, E. J.; BAGOLIN, I. P. (Ed.). *Desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul: já não somos o que éramos?* Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014. p. 71-90.

Recebido em: 10/06/2014.

Aceito em: 04/01/2017.